REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ,DE 2024

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo das Comunicações, Ministro Juscelino Filho, mediante Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) sobre a frota de aeronaves que prestam serviços à empresa, incluindo modelos, capacidades, transporte de materiais, medidas de fiscalização.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, mediante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) sobre a frota de aeronaves que prestam serviços à empresa, incluindo modelos, capacidades, transporte de materiais, e medidas de fiscalização.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

 Quantas aeronaves atualmente prestam serviços para os Correios, tanto próprias quanto contratadas?







CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Quais s\(\tilde{a}\) os modelos dessas aeronaves e suas respectivas capacidades operacionais?
- Qual é a composição da frota própria em comparação com a das empresas contratadas?
- Quais os serviços prestados pelos Correios via modal aéreo, descreva detalhadamente?
- Quais tipos de materiais perigosos estão autorizados para transporte pelas aeronaves contratadas pelos Correios?
- Quais critérios são utilizados para contratar empresas terceirizadas para o transporte aéreo de cargas?
- Como os Correios avaliam a segurança, a eficiência e a vantagem dos contratos firmados com prestadores de serviços aéreos?
- Diante do recente incidente envolvendo a Total Cargo, quais mudanças estão sendo implementadas nos critérios de seleção e supervisão das empresas terceirizadas?
- Existe algum plano de expansão da frota própria para reduzir a dependência de terceiros? Caso positivo, quais investimentos e cronogramas estão previstos?
- Como os Correios gerenciam os contratos com empresas terceirizadas, especialmente no que tange à manutenção das aeronaves e ao cumprimento de normas de segurança operacional?
- Quais são os principais hubs logísticos aéreos utilizados pelos Correios, e como estão estrategicamente distribuídos pelo território nacional?
- Qual é a capacidade máxima de carga transportada diariamente pela Rede Postal Noturna (RPN) e como ela é calculada?







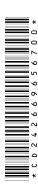
CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Quais investimentos os Correios têm realizado para modernizar a logística aérea, incluindo tecnologias como rastreamento em tempo real e automação de processos?
- Quais ações são implementadas para garantir a conformidade com normas nacionais e internacionais de segurança no transporte de materiais perigosos, como baterias de íon-lítio?
- Há programas de treinamento ou reciclagem para o pessoal envolvido na operação aérea, incluindo tripulação e equipes de solo?
- Qual é o percentual de encomendas transportadas por via aérea em relação ao total de entregas realizadas pelos Correios?
- Qual é o índice de pontualidade das entregas realizadas pelo modal aéreo, e como ele tem evoluído nos últimos anos?
- Existe algum estudo comparativo de custo-benefício entre o modal aéreo e outros modais logísticos adotados pelos Correios?
- Quais são os principais desafios enfrentados pelos Correios na gestão do modal aéreo, incluindo sazonalidade, custos de operação e problemas regulatórios?

JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, sobre a liberação e fiscalização do transporte de baterias de lítio em aeronaves, bem como as medidas adotadas após o recente incidente envolvendo carga dos Correios.







Isto porque, conforme noticiado¹, um avião cargueiro da empresa Total Cargo fez um pouso de emergência no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, após pegar fogo, por volta das 2h, em 09/11. Não há registro de vítimas. Três veículos da brigada de incêndio do próprio aeroporto e outros cinco do Corpo de Bombeiros atuaram no combate às chamas na pista do aeroporto. Por volta das 7h, bombeiros já faziam o trabalho de rescaldo e retiravam a carga do avião.

Ainda, foi divulgado² que Funcionários da Total Linhas Aéreas tentaram furtar mercadorias que estavam em aeronave da companhia após um incêndio atingir o compartimento de carga do avião na última sexta-feira (8/11). As chamas fizeram a tripulação realizar um pouso de emergência no Aeroporto Internacional de São Paulo (GRU), em Guarulhos. De acordo com o boletim de ocorrência, registrado no 3º DP do aeroporto, funcionários estariam tentando deixar a área restrita do local na posse de bens subtraídos do avião. Os trabalhadores teriam escondido alguns dos objetos no forro do teto de uma das salas da Total Linhas Aéreas e usariam veículos da empresa para sair do aeroporto com as mercadorias. Foi discutido até mesmo sair pelo portão próximo à Torre, que estaria com apenas um vigilante.

Com efeito, este requerimento fundamenta-se nesse acidente grave que expõe falhas preocupantes na gestão e fiscalização do transporte aéreo de materiais sensíveis, como baterias de íon-lítio, realizadas pelos Correios. Recentemente, um avião cargueiro que transportava encomendas dessa natureza precisou realizar pouso de emergência devido a incêndio no compartimento de carga. Apesar de não ter ocorrido tragédia maior, esse incidente revela os riscos significativos associados ao transporte inadequado desses materiais,

² https://www.metropoles.com/sao-paulo/funcionarios-tentam-furtar-itens-de-aviao-que-pegou-fogo-em-sp-video#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%20%E2%80%94%20Funcion%C3%A1rios%20da%20Total,feira%20(8%2F11)





¹ https://www.metropoles.com/sao-paulo/funcionarios-tentam-furtar-itens-de-aviao-que-pegou-fogo-em-sp-video#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo

^{%20%}E2%80%94%20Funcion%C3%A1rios%20da%20Total,feira%20(8%2F11)



conhecidos por seu potencial de causar explosões e incêndios em condições adversas.

O caso chama atenção pela gravidade dos riscos que foram impostos à segurança das operações aéreas, não apenas para aeronaves de carga, mas também para voos comerciais, considerando que encomendas postais compartilham o espaço aéreo e as infraestruturas com passageiros e tripulantes. Situações como essa colocam em risco vidas humanas, comprometem a integridade do patrimônio público e levantam dúvidas sobre a adequação das normas e práticas adotadas pelas empresas e órgãos reguladores responsáveis.

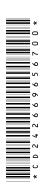
Nesse contexto, surgem elementos adicionais que reforçam a necessidade de esclarecimentos e de fiscalização rigorosa. Documentos recentes emitidos pelos Correios, como o Ofício nº 51115613/2024 SUPRO-DINEG, indicam que a empresa inicialmente prorrogou o transporte aéreo de baterias de íon-lítio até 30 de junho de 2025. Essa decisão foi tomada sem que os Correios possuíssem a certificação necessária junto à ANAC, evidenciando possível descuido com os protocolos de segurança exigidos para o transporte de materiais perigosos.

Porém, em novembro de 2024, um comunicado interno divulgado no Boletim InfoVendas dos Correios - Edição nº 279/2024 - anunciou a suspensão dessa prorrogação, mencionando a necessidade de atender aos protocolos de segurança postal. Tal medida contradiz a decisão anterior, sugerindo falhas de planejamento e gestão por parte dos Correios e indicando uma ausência de coordenação eficaz entre os órgãos responsáveis por supervisionar e regulamentar essas atividades.

Esses documentos revelam um padrão preocupante de contradições e inconsistências na gestão do transporte de baterias de íon-lítio, material reconhecidamente perigoso.

A soma dos acontecimentos e dos documentos evidencia a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

urgência de ações concretas para garantir que o transporte aéreo de materiais perigosos seja conduzido de forma segura e responsável, em conformidade com as normas internacionais da IATA e da ICAO. Este requerimento busca, portanto, assegurar a transparência e a responsabilização dos órgãos envolvidos, visando preservar a segurança da aviação brasileira, a confiança nos serviços postais e, acima de tudo, a vida humana.

Destarte, tendo em vista a competência de fiscalização do Poder Legislativo, apresentamos este requerimento para que sejam esclarecidas oficialmente questões sobre o tema exposto.

Brasília,

de

de 2024.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo



